

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

JACKELINE DA ROSA RAICK

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO ORIENTADOR
DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010

JACKELINE DA ROSA RAICK

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO ORIENTADOR
DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciado no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora:

Prof^a MSc Vera Maria Silvestri Cruz

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010

JACKELINE DA ROSA RAICK

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO ORIENTADOR DA
DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciado, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Teoria e Prática Pedagógica.

Criciúma, 07 de Dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Vera Maria Silvestri Cruz – Mestre (UNESC) - Orientadora

Prof^ª. Graziela Fátima Giacomazzo - Mestre

Prof. Ricardo Luiz de Bittencourt - Doutor

**Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais,
e ao meu irmão, que estiveram ao meu lado
me incentivando para nunca desistir.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre esteve presente em mim, guiando e iluminando meus passos e pensamentos, me fornecendo a saúde necessária para que conseguisse concluir com êxito meu TCC.

À minha família pelo apoio e paciência que tiveram comigo nessa jornada de quatro anos, sempre me apoiaram e me deram suporte para que eu seguisse em frente e conquistasse meus objetivos.

Às instituições de ensino que disponibilizaram as mesmas para que eu pudesse observar e aplicar minha pesquisa. Às professoras que diretamente ou indiretamente participaram de meus estudos.

A todos os professores e funcionários do curso de Pedagogia, que contribuíram para minha formação.

Em especial agradeço à minha orientadora Vera Maria Silvestri Cruz, que aceitou me orientar, que esteve sempre me apoiando, me tranquilizando, para que eu pudesse concluir meu TCC, e que o mesmo pudesse trazer benefícios para meu desenvolvimento profissional e auxiliasse demais professores em suas jornadas de trabalho.

À todas as minhas colegas e amigas, que me acompanharam durante o decorrer do curso, dividiram conquistas e vitórias, e souberam diferenciar dedicação e sabedoria com profissionalismo.

“Quando vejo uma criança, ela me inspira dois sentimentos; ternura pelo que ela é, respeito pelo que poderá ser”.

Piaget

RESUMO

Esse estudo teve como foco principal analisar se o PPP oferece subsídio ao trabalho do professor. Utilizou-se a fundamentação teórica baseada em Vygotsky, Piaget e Wallon, oferecendo suporte e norteando os eixos da pesquisa. Foi desenvolvido adotando-se a metodologia de pesquisa do tipo exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, em que se buscou direcionar o olhar investigativo sobre a questão do PPP. Os sujeitos envolvidos foram professoras de duas instituições de Educação Infantil do município de Içara – SC. O instrumento utilizado foi o questionário com questões abertas com o objetivo de desvelar as concepções teóricas e práticas dos professores que permeiam seu cotidiano, buscando, entender o desenvolvimento do trabalho pedagógico dos professores na Educação Infantil. Os dados coletados foram organizados por categorias e analisados a partir do referencial teórico estudado. Concluímos que, para o PPP oferecer subsídio ao trabalho do professor é necessário que a escola demonstre importância no documento, utilizando o mesmo como base para organizar a instituição. Apresentando e socializando com todos os membros envolvidos no ensino aprendizagem da instituição.

Palavras-chave: Educação infantil. Criança. Professor. Projeto Político Pedagógico.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PCSC – Proposta Curricular de Santa Catarina

RCNEI – Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil

SC – Santa Catarina

TCC – Trabalho de Conclusão do Curso

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROJETO POLITICO PEDAGOGICO.....	11
3 O PERCURSO DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS VÁRIOS CENÁRIOS HISTÓRICOS	16
3.1 Contexto Histórico de Educação Infantil no Brasil	19
3.2 O cuidar e o educar na Educação Infantil	21
3.3 - DIALOGANDO COM AS TEORIAS DE PIAGET, VYGOTSKY E WALLON ...	24
4 METODOLOGIA	37
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
5.1 Caracterização do Grupo de Pesquisa	39
5.2 Conceito de PPP.....	40
5.3 Planejamento e Avaliação	42
5.4 Conceitos e Princípios básicos da Educação Infanti.....	44
6 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE.....	51

1 INTRODUÇÃO

A partir de observação e regência do estágio obrigatório na instituição de Educação Infantil, surgiu a necessidade de pesquisar sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) na Educação Infantil. Por meio de observações detectamos que vários professores, não caminhavam de acordo com o PPP da escola, percebemos que os mesmos não tinham acesso a tal documento, surgiram então questionamentos com relação ao tema que despertaram o interesse em investigar se o PPP escolar oferece subsídios para o planejamento do docente em sua prática pedagógica na Educação Infantil.

Após pesquisar junto ao departamento de Pedagogia da UNESC, verificamos que não constam TCC'S que ressaltem o assunto nesta abordagem.

A pesquisa ocorreu em duas escolas do município de Içara, sendo uma da rede pública de ensino e a outra da rede privada envolvendo a coordenação pedagógica e professores.

O estudo foi desenvolvido por meio de questionários disponibilizados aos sujeitos envolvidos e se desenvolveu na Linha de Pesquisa "Teoria e Prática Pedagógica", que busca refletir e problematizar as teorias e práticas pedagógicas vivenciadas nos contextos educativos, tendo como eixo temático: O PPP escolar oferece subsídios ao professor, na elaboração do planejamento da educação infantil.

Diante deste contexto definimos o problema da pesquisa como: O PPP oferece subsidia ao trabalho pedagógico do professor da educação infantil?

As questões abaixo seguem como norte para a pesquisa:

A escola tem PPP?

Os professores participam na elaboração do PPP?

Os professores tem acesso ao PPP escolar?

De que forma o PPP da escola é apresentado aos professores?

Os professores utilizam o PPP como subsidio ao seu trabalho?

Qual o conceito de infância que a escola trabalha?

Foram definidos como objetivos:

Geral:

Analisar se o PPP da escola subsidia o trabalho pedagógico do na Educação Infantil.

Específicos:

Analisar qual o conceito de infância que a escola trabalha.

Verificar se os professores tem acesso ao PPP escolar.

Identificar de que forma o PPP da escola é apresentado aos professores.

Este trabalho está organizado em 05 capítulos sendo que no:

1º delimita-se o assunto, definindo-se brevemente os objetivos do trabalho e as razões de sua elaboração, bem como as relações existentes com outros trabalhos. Apresenta-se o problema e as questões norteadoras ou hipóteses.

2º discorre-se sobre a importância e a função do Projeto Político Pedagógico, como o mesmo é elaborado, de que forma deve ser utilizado nas instituições.

3º apresenta-se o percurso da infância e da educação infantil nos vários cenários históricos, os processos que ocorreram no decorrer dos anos.

4º define-se a metodologia realizada para concluir a pesquisa, relata-se como a pesquisa foi feita e de que forma os dados foram analisados.

5º constam a análise de dados, e a discussão dos mesmos relacionando-se ao o tema da pesquisa, confrontando-os com as idéias dos pesquisados e com os autores do referencial teórico.

O trabalho é finalizado com conclusão, apresentando-se todos os fatores que contribuíram para realização da pesquisa, bem como referencias e apêndice, disponibilizando o questionário utilizado para análise de dados.

2 PROJETO POLITICO PEDAGOGICO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento elaborado coletivamente, por professores, direção e comunidade para nortear as ações da escola, é através dele que a escola adota sua teoria pedagógica, ou seja, de que forma vai trabalhar, que subsídios vai oferecer aos educadores, educandos e comunidade.

O PPP define a identidade da escola, pois ali estão contidas informações que identificam todos os aspectos que tem e pretende adquirir no decorrer do ano letivo.

O PPP é o instrumento que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

Segundo a LDBEN 9394 (1996), o parágrafo primeiro do artigo 12º, Título IV, diz que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Neste sentido a proposta pedagógica ou o projeto político pedagógico da escola, deve ser elaborado pelo coletivo da instituição de ensino e revista periodicamente. A construção do projeto político pedagógico, deve ser coletivo, ou seja, deve ser pensado por todos aqueles que fazem parte da escola: professores, direção, coordenação, funcionários, alunos, membros do conselho da escola, e demais representantes da comunidade. Este trabalho de construção do projeto político pedagógico, tem como objetivo de organizar o próprio trabalho pedagógico da escola. Através da reflexão de concepções, ideais, interesses, necessidades, bem como, planejar, projetar a vida da escola, para pequeno, médio e longo prazo.

Segundo Vasconcellos (2000), o PPP pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Assim, o planejamento participativo é a base para o Projeto Político Pedagógico poder construir a identidade da escola e dos sujeitos que a congregam. Desta forma, educando e educador, bem como a comunidade em

geral podem exercer sua cidadania, percebendo-se como sujeitos socio-histórico na construção de uma nova sociedade.

Para Vasconcellos (2000) a elaboração do PPP precisa constar de: **marcos** (referencial, situacional e filosófico), no qual se explicita o conjunto de idéias, opções e teorias que haverão de orientar a prática.

O **Marco Referencial** expressa a posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos, compromissos. Indica o 'rumo', o horizonte, a direção que a instituição escolheu, fundamentado em elementos teóricos da filosofia, das ciências, apoia-se em crenças, na cultura da coletividade envolvida. Implica, portanto, opção e fundamentação. No Marco Referencial somos desafiados a expressar o sentido do nosso trabalho pedagógico e as grandes perspectivas para a caminhada rumo a sua concretização. Que escolhas fazemos em torno das concepções de educação, de ensino aprendizagem, de avaliação para atingir os objetivos previstos.

O **Marco Situacional** é a percepção do grupo em torno da realidade em geral: como a vê, quais seus traços mais marcantes, qual a relação do quadro sócio-econômico, político e cultural mais amplo e o cotidiano da escola. Sua importância se deve ao fato de que pode desvelar os elementos estruturais que condicionam a instituição e seus agentes.

Marco Filosófico equivale aos princípios norteadores do ideal geral da instituição escolar. Fundamenta a proposta de sociedade, pessoa e educação assumida pelo grupo que compõe a equipe escolar e sua comunidade. Embora toda educação se baseie numa visão de homem e de sociedade, nem sempre as escolas explicitam ou discutem consciente e intencionalmente as concepções subjacentes às suas práticas.

O **diagnóstico**, no qual se julga a distância entre o real e o ideal da prática, O diagnóstico trabalha a dimensão da realidade. O diagnóstico não deve apenas ser descritivo, mas tem de ser também analítico. Deve identificar necessidades de mudanças, ou seja, responder: o que nos falta para ser o que desejamos. Essas e outras questões, dependem do momento e do contexto, poderão ser utilizadas tanto para identificar quanto para avaliar os avanços alcançados pela escola na construção de sua identidade e contemplar essa questão do PPP escolar.

A **programação**, na qual são indicadas ações, atitudes e normas aptas a

diminuir essa distância, A programação é a definição do que vai ser feito e dos meios para a superação dos problemas detectados, em busca da *qualidade* da educação oferecida pela escola. É a proposta de ação. Ou seja: definição do que é necessário e possível fazer para diminuir a distância entre o que a escola é e o que deveria ser. Quanto à periodicidade, a programação ou projeto pode ter abrangência anual, bianual ou outra definida pelo grupo.

Como relata Padilha (2001) existem nove itens que podem subsidiar a constituição formal da estrutura do Projeto Político-Pedagógico, define o que deve conter em cada item, mas deixa claro que é apenas um indicador, e que podem variar de acordo com a realidade social do meio.

De acordo Padilha (2001) podemos destacar nove itens que auxiliam na elaboração do PPP escolar como: iniciando o projeto pela **identificação**, onde deve conter a descrição geral da escola. Segue a **justificativa**, que deve aparecer o registro do processo de planejamento, quais os caminhos usados para as tomadas de decisões, introduzindo uma síntese do marco referencial, identificando as principais ações que queremos tomar para escola. Os **objetivos gerais e específicos** vêm em seguida, guiando assim os propósitos que a escola querem atingir com o projeto, tendo como fonte os direitos sociais, as políticas nacionais, estaduais e municipais da educação. Destacando nesse item o que a escola pretende com seu ensino. Outro item importante é as **metas**, que destacam minuciosamente o que a escola quer, e como vão obter tal resultado. O **desenvolvimento metodológico**, aparece mediando todo projeto, gerando estratégias para o desenvolvimento do mesmo. Os **recursos** são tudo que se faz presente para elaboração e aplicação do PPP na escola. O **cronograma** aparece para mediar todas as atividades, organizando e estipulando prazos para finalizar as atividades descritas no PPP. A **avaliação**, é o momento em que verifica-se se todas as metas foram alcançadas, e identifica as dificuldades encontradas para elaborar o projeto. Enfim, a **conclusão** como em todo projeto oferece suporte para elaboração de um novo projeto, e identifica todos os pontos positivos e negativos do projeto.

Essa proposta de Padilha (2001) ressalta que foi elaborada de acordo com os direitos, interesses e necessidades de cada aluno.

Segundo Veiga (1995), um projeto político pedagógico – PPP, ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto

pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio - político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Ele é fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. Antes de tudo, é um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

Conforme a autora, o político e o pedagógico são dimensões indissociáveis, porque propiciam a vivência democrática necessária à participação de todos os membros da comunidade escolar. Essa prática de construção de um projeto, deve estar amparada por concepções teóricas sólidas e supõe o aperfeiçoamento e a formação de seus agentes. Só assim serão rompidas as resistências em relação a novas práticas educativas. Os agentes educativos devem sentir-se atraídos por essa proposta, passando a ter uma postura comprometida e responsável.

Trata-se, portanto, da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia. Essa autonomia, porém, é relacional, não deve ser confundida com apologia a um trabalho isolado, marcado por uma liberdade ilimitada, que transforme a escola numa ilha de procedimentos sem fundamentação nas considerações legais do sistema de ensino, perdendo, assim, a perspectiva do todo. A autonomia implica também em responsabilidade e comprometimento com as instituições que representam a comunidade (conselhos de escola, associações de pais e mestres, grêmios estudantis, entre outras), para que haja participação e compromisso de todos.

O Projeto político pedagógico vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

A construção o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico é trabalhoso e lento, não importa qual estrutura a escola escolha, o importante é que o PPP seja construído a partir da necessidade, do desejo de todos os segmentos da escola, que represente a identidade da escola e principalmente que ela seja a representação dos ideais de uma coletividade, participativa e não de um grupo específico isolado.

Analisando que a construção do PPP da escola é algo processual, dialético, um ciclo que tende a fortalecer cada vez mais as ações participativas da escola para atingir a meta prevista, e os objetivos.

3 O PERCURSO DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS VÁRIOS CENÁRIOS HISTÓRICOS

A Educação Infantil é o início da vida escolar de uma criança, é nesse ambiente que a mesma amplia a convivência com novas culturas. O conceito de infância vem sofrendo diversas modificações ao longo do tempo. A cada século inovações estão sendo feitas para desenvolver e capacitar o ensino na educação infantil.

Áries (1978, p.6) afirma que:

A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não-falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem tomar perfeitamente as palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes.

Na Idade Média, Áries (1978) confirma que não existia clareza na característica da infância, a sociedade não dava muita atenção às crianças, pois as taxas de mortalidade infantil e as condições sanitárias eram alarmantes. Conforme o autor, no século XVII não havia afetividade com as crianças, devido as condições em que se vivia, pois a mesma poderia deixar de existir a qualquer momento. Assim como a mortalidade tinha alto índice, a natalidade também, isso era considerado como uma substituição da criança, quando ocorria a perda, logo teria outra para substituir.

Vemos em Áries (1978, p.33) que:

A duração da infância não era bem definida e o termo “infância” era empregado indiscriminadamente, sendo utilizado, inclusive, para se referir a jovens com dezoito anos ou mais de idade. Dessa forma, a infância tinha uma longa duração, e a criança acabava por assumir funções de responsabilidade, queimando etapas do seu desenvolvimento. Até a sua vestimenta era a cópia fiel de um adulto. Essa situação começa a mudar, caracterizando um marco importante no despertar do sentimento de infância.

As mudanças que iniciaram no século XVII segundo Áries (1978) ocorreram em relação à vestimenta das crianças. Os filhos dos nobres começaram a ser vestidos de acordo com sua idade, e devido a essa mudança que se despertou para o sentimento de infância. A necessidade de distinguir criança de adulto inicia-se nesse momento, as crianças são separadas dos adultos e recebem local adequado para auxiliar na vida social.

A reforma religiosa que ocorreu nesse mesmo momento histórico, trouxe reflexões sobre um novo olhar de infância onde a criança e sua aprendizagem começaram a ser revistas.

Áries (1978, p. 52) constata que a afetividade começa a aparecer após essa reforma religiosa:

A aprendizagem das crianças, que antes se dava na convivência das crianças com os adultos em suas tarefas cotidianas, passou a dar-se na escola. O trabalho com fins educativos foi substituído pela escola, que passou a ser responsável pelo processo de formação. As crianças foram então separadas dos adultos e mantidas em escolas até estarem “prontas” para a vida em sociedade.

Segundo os relatos de Kramer (2003), a igreja se encarregou de direcionar a aprendizagem das crianças, visando corrigir os desvios das mesmas, acreditava-se nessa época que elas eram fruto do pecado e deveriam ser guiadas para o caminho do bem. A criança ficou sendo vista por um lado como um ser inocente que precisava de cuidados, e de outro um fruto gerado do pecado.

Kramer (2003, p. 18) relata que nesse momento

O sentimento de infância corresponde a duas atitudes contraditórias: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pela paparicação dos adultos, e a outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe à ela, tornando a criança um ser imperfeito e incompleto, que necessita da “moralização” e da educação feita pelo adulto.

Neste sentido a família iniciou uma nova postura perante a criança, começou a assumir uma afetividade maior, acreditavam que deveriam preservar a criança de más influências. Para Kramer (2003, p. 18) “não é a família que é nova, mas, sim o

sentimento de família que surge nos séculos XVI e XVII”.

No século XVIII Áries (1978), ressalta que a família começa a se interessar por assuntos relacionados à higiene e saúde da criança, isso diminuiu consideravelmente o índice de mortalidade.

De acordo com o autor, a partir do surgimento do interesse pelas crianças, a população começou a utilizar-se da razão para transmitir o conhecimento, transformando a criança em cristão e adulto racional. Essas transformações caracterizaram as crianças como seres diferentes dos adultos, ressaltando que as mesmas tem direitos enquanto cidadãos. Nesse processo teve início um atendimento específico da educação infantil de 0 a 06 anos.

O cuidado e a educação das crianças por muito tempo ficou sobre responsabilidade das mulheres, pois se acreditava que por ser mulher existia um cuidado materno maior e melhor.

Segundo Frabboni (1998) as primeiras instituições infantis surgiram do termo Francês “creche”, que significa manjedoura e também do termo Italiano “asilo nido” que significa um ninho que abriga. Essas instituições apenas surgiram porque durante a Revolução Industrial, houve a necessidade dos pais menos favorecidos trabalharem, e segundo Oliveira (2002, p. 32) “Foram surgindo instituições para o atendimento de crianças desfavorecidas ou crianças cujos pais trabalhavam em fábricas”.

Conforme Áries (1978) as crianças que fossem abandonadas eram cuidadas por familiares ou então deixadas nas rodas (cilindros ocos de madeira), essas rodas eram mantidas por igrejas e hospitais.

As idéias que Oliveira (2002, p.59) trás sobre as crianças nesse período diz que:

As idéias de abandono, pobreza, culpa e caridade impregnam assim, as formas precárias de atendimento a menores nesse período e vão permear determinadas concepções a cerca do que é uma instituição que cuida da Educação Infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família.

No final do século XVIII e início de XIX de acordo com Áries (1978), surgiram dois tipos de atendimento às crianças, um para as crianças da burguesia, que tinha

como característica a educação, e outro para as crianças menos favorecidas, que se caracterizava pela custódia e disciplina das mesmas.

Após a Primeira Guerra Mundial, Áries (1978) sintetiza que no século XX, as instituições infantis tomaram outro rumo, fortaleceu a idéia de que a criança é um ser diferente dos adultos, e precisa estar em um ambiente que proporcione pensamentos infantis e que busque desenvolver o intelecto da mesma, trabalhando o social e os direitos da mesma.

De acordo com Brasil (1998), a ONU em 1959 desenvolveu a Declaração dos Direitos da Criança, essa declaração especifica os direitos humanos e identifica a criança como sujeito de direitos.

3.1 Contexto Histórico de Educação Infantil no Brasil

Apresentaremos neste item a contextualização histórica da Educação Infantil no Brasil e sua importância na Educação das crianças.

Oliveira (2003) diz que a história da Educação Infantil no Brasil, acompanhou o contexto do mundo, a característica mais marcante é a das crianças menos favorecidas que eram deixadas nas rodas giratórias, recolhidas por igrejas ou hospitais onde permaneciam até serem adotadas ou atingirem a maioridade.

No início do século XIX para Áries (1978), surgem no Brasil as creches e internatos, que eram vistas como instituições infantis para cuidar das crianças menos favorecidas. Somente no final do século que a idéia de jardim de infância chegou ao Brasil, essa idéia gerou muitas discussões, pois a classe alta não queria que o poder público tomasse conta do atendimento das crianças menos favorecidas.

Oliveira (2002, p. 54) diz que “o primeiro jardim de infância surgiu em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo, eram criados os primeiros jardins-de-infância, de caráter privado, direcionados para crianças da classe alta”. Com a crescente industrialização no país, a mulher começou a ter sua inserção no mercado de trabalho e foi no século XX, que ocorreu um aumento pela procura do atendimento nos jardins de infância.

Vemos em Oliveira (2002) que na década de 70, o Brasil começou a utilizar a teoria desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa, a mesma direcionava o fracasso escolar para as crianças das instituições, que eram na maioria das vezes

de classes menos favorecidas. A educação infantil ficou destinada às crianças carentes, devido a necessidade das mães trabalharem para aumentar a renda da família.

Oliveira (2002) afirma que na década de 80, as camadas populares solicitavam o acesso à escola, a educação da criança passou a ser reivindicada como dever do Estado. Somente com pressão de movimentos sociais e feministas, a Constituição reconheceu a educação em creches e pré-escola como direito da criança e dever do Estado.

Brasil 1988 (apud MANARIN, 2009, p.15):

A Constituição Brasileira de 1988 teve um papel decisivo na afirmação dos direitos da criança, pois ampliou o que a – CLT de 1942 já consagrava como direito das mulheres trabalhadoras à amamentação de seus filhos, legitimando o direito à educação da criança nos seus primeiros anos de vida. Ao definir, como direito da criança de 0 a 06 anos de idade e dever do Estado, o atendimento em creche e pré-escola (Art. 208, inciso IV), a Constituição criou uma obrigação para o sistema educacional, pela qual teve que se equipar para dar respostas a esta nova responsabilidade.

Na década de 90 Oliveira (2002) ressalta que ocorreu uma mudança na concepção de criança, acredita-se que a sua aprendizagem se dá por meio de interações entre ela e seu contexto social. “Essa perspectiva sócio-interacionista tem como principal teórico Vygotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta.” (OLIVEIRA,2002, p. 23).

De acordo com Brasil 1988 (apud MANARIN, 2009, p.15):

[...] marcada pela política de educação infantil difundida pelo MEC em 1993, através da Coordenação da Educação Infantil – COEDI, a qual reafirmou e operacionalizou os preceitos da Constituição de 1988. Passos significativos foram dados nos últimos dez anos para a garantia da consolidação do atendimento educacional das crianças na faixa etária de 0 a 06 anos, dentre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990, art. 54, IV), que integra a família como parceira da escola na definição de propostas pedagógicas. A nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei nº9394 de 1996, incorporou a educação infantil no primeiro nível da educação básica. Inserida no sistema educacional, a educação infantil é desenvolvida em regime de colaboração nas diferentes instancias União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

3.2 O cuidar e o educar na Educação Infantil

O item descreve conceitos de cuidar e educar na educação infantil, utilizando dos autores que embasam a pesquisa. Os autores pesquisados nos informam que as crianças eram cuidadas de forma assistencialista, onde passavam o dia todo na instituição para que seus pais pudessem trabalhar, a educação infantil não tinha proposta pedagógica. O cuidar significava valorizar e auxiliar a criança no desenvolvimento de sua capacidade, através da afetividade e dos aspectos biológicos.

Atualmente, de acordo com as idéias presentes no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (1998, p. 24), o cuidar significa:

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. O cuidar precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção á saúde.

A infância não se define apenas por sua condição biológica, mas como uma fase do desenvolvimento humano que envolve aspectos ideológicos e culturais.

A ação pedagógica que Brasil (1998, p.41) faz é de que:

Cuidar e educar é impregnar a ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade peculiares à infância. Desta forma, o educador deve estar em permanente estado de observação e vigilância para que não transforme as ações em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Consciência é a ferramenta de sua prática, que embasa teoricamente, inova tanto a ação quanto à própria teoria. Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos e compartimentados. A criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. Cuidar e educar significa compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade.

Quando falamos de espaço e organização pensamos logo em um ambiente

organizado, assim também deve ser na educação infantil. O professor deve organizar o espaço de acordo com a necessidade das crianças. É na educação infantil que possibilitamos o desenvolvimento da capacidade da criança, pois é nessa etapa que ela dá os primeiros passos rumo à construção de novos conhecimentos. O espaço onde a criança convive pode traduzir muito seu comportamento.

A concepção pedagógica de um educador é revelada também na organização do espaço escolar, interno e externo.

Horn (2004, p. 28) diz que:

[...] O olhar de um educador atento é sensível a todos os elementos que estão postos em uma sala de aula. Planejar o espaço de convívio escolar é fundamental, adequando-o às atividades específicas para cada faixa etária. A criança necessita de um espaço cheio de objetos, que proporcione a imaginação, criação, interação e a brincadeira.

Os primeiros a pensarem na importância da organização do espaço para a educação infantil, propondo integrar liberdade e harmonia com a natureza foram Froebel (1880) e Montessori (1906), neles esse assunto foi tomando forma e corpo sendo fundamental para que hoje tenham um papel fundamental na educação infantil.

Montessori (1906, p. 62) diz que:

[...] A organização do espaço, das paredes, escolha das cores utilizadas, devem ser definidas pelo professor e seus alunos, fundamentado nas preferências e desejos das crianças, considerando as experiências fora do âmbito escolar, nos projetos a serem trabalhados, entre outros fatos.

A discussão sobre a importância do espaço no desenvolvimento infantil tem um suporte fundamental que está embasado nas referências teóricas de Wallon (1906) e Vygotsky (1934), defendem a perspectiva sócio-histórica de desenvolvimento, relacionam afetividade, linguagem e cognição com as práticas sociais. Desse modo, na visão de ambos, o meio social é fator preponderante no desenvolvimento dos indivíduos.

A mediação que o professor faz entre as crianças, tem o papel de pensar como organizar o espaço da sala de aula, ele intervém e organiza o ambiente para que as relações de aprendizagem possam ser otimizadas.

Rossetti (1999, p.71) ressalta que:

Portanto, não basta a criança estar em um espaço organizado de modo a desafiar suas competências; é preciso que ela interaja com esse espaço para vivê-lo intencionalmente. Isso quer dizer que essas vivências, na realidade, estruturam-se em uma rede de relações e expressam-se em papéis que as crianças desempenham em um contexto no qual os móveis, os materiais, os rituais de rotina, a professora e a vida das crianças fora da escola interferem nessas vivências.

O modo como organizamos materiais e móveis, e a forma como crianças e adultos ocupam esse espaço e como interagem com ele, pode contribuir no processo ensino aprendizagem da criança. Sabemos que o espaço não é algo natural e sim construído. Cada escola determina a forma de organizar seu espaço, não se dando conta de que o espaço onde a criança vive pode auxiliar e muito no processo ensino aprendizagem. Organizar um espaço requer fazer estudos para suprir a necessidade das crianças. O espaço precisa ter objetos de fácil manuseio, objetos que despertem interesse nas crianças.

Segundo Vygotsky: (apud DAVIS; OLIVEIRA, 1993, p. 56), “o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento”.

O espaço deve ser organizado de forma a desafiar a criança nos campos: cognitivo, social e motor, assim a criança estará aprendendo a controlar o próprio corpo, em um ambiente que estimule seus sentidos.

De acordo com Horn (2004, p. 28):

[...] É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado.

O professor ao promover interações com as crianças, no processo de ensino aprendizagem tem papel fundamental, sendo responsável, então, por uma parte muito importante na vida delas. Se o espaço onde essa criança vive, não estiver de acordo com suas necessidades, podem acontecer diversos bloqueios no seu desenvolvimento intelectual. A organização dos espaços na educação infantil é

fundamental para o desenvolvimento integral da criança, de suas potencialidades e novas habilidades. A criança que vive em um ambiente construído para ela vivenciará emoções que a farão expressar sua maneira de pensar, bem como a maneira como vivem e sua relação com o mundo.

A aprendizagem que ocorre dentro do espaço disponível à criança, é fundamental na construção da autonomia, tendo a mesma como própria construtora de seu conhecimento. O conhecimento se constrói a cada momento em que a criança tem a possibilidade de poder explorar os espaços disponíveis a ela.

O RCNEI (1998, p. 23), descreve que o educar significa:

[...] propiciar situações de cuidado, brincadeira e aprendizagens orientadas, de forma que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso pela criança aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

A brincadeira está diretamente ligada ao educar e ao cuidar, pois através de brincadeiras as crianças são estimuladas no seu desenvolvimento. “A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa.” (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil 1998, p. 27).

A brincadeira faz com que a criança, consiga comunicar se através de gestos, estimulando sua capacidade de pensar, falar e agir. A brincadeira é uma linguagem natural que se faz presente no cotidiano da educação infantil.

3.3 - DIALOGANDO COM AS TEORIAS DE PIAGET, VYGOTSKY E WALLON

Podemos destacar três pensadores que contribuíram para construção teórica da educação infantil, Piaget, Vygotsky e Wallon.

a) PIAGET

Para Piaget (1976), numa visão interacionista, o conhecimento é construído por meio de interação do sujeito com seu meio, a partir de estruturas existentes, a mesma faz relação entre sujeito e objeto. Para que ocorra a construção de um novo conhecimento, é preciso que se estabeleça um desequilíbrio nas estruturas mentais, os conceitos já assimilados necessitam passar por um processo de desorganização para que possam a partir do contato com novos conceitos se reorganizarem, estabelecendo assim um novo conhecimento.

A criança desenvolve seu conhecimento através das experiências que vivencia, a mesma modifica a estrutura daquilo que ela já sabe, englobando com seu meio social, inovando e ampliando seu conhecimento. Desenvolve experiências e soluções para problemas que aparecem no cotidiano, baseando-se apenas nas experiências que fez relação.

Para Piaget (1977, p.74) baseia-se na ideia da criança como:

[...] pesquisadora/exploradora que constrói o seu conhecimento pela experiência. Dá ênfase ao processo de interação indivíduo-ambiente, procurando compreender os mecanismos mentais que o indivíduo utiliza para captar o mundo. O desenvolvimento cognitivo individual se dá por constantes desequilíbrios e equilibrações causadas por mudanças internas do indivíduo ou do ambiente. O equilíbrio ocorre por assimilação, ou seja, o indivíduo as estruturas que já tem para entender as demandas, ou por acomodação, isto é, modificam-se as estruturas internas com a nova situação. Entende a criança como "sujeito", atribui importância aos processos internos sem os quais o ambiente se torna ineficaz. Rejeita a concepção meramente "acumuladora" da aprendizagem: esta é produzida não através de seqüências ordenadas em cada capacidade, mas de conexões esquemas mentais.

Todo processo que envolva a espontaneidade da criança, é considerado uma brincadeira, sendo ela, brincadeiras lúdicas, música, a arte, a expressão corporal, ou seja, atividades que a criança consiga se expressar.

De acordo com Oliveira (1990, p.78):

[...] as atividades lúdicas são a essência da infância. Por isso, ao abordar este tema não podemos deixar de nos referir também à criança. Ao retornar a história e a evolução do homem na sociedade, vamos perceber que a criança nem sempre foi considerada como é hoje. Antigamente, ela não tinha existência social, era considerada miniatura do adulto, ou quase adulto, ou adulto em miniatura. Seu valor era relativo, nas classes altas era educada para o futuro e nas classes baixas o valor da criança iniciava quando ela podia ser útil ao trabalho, colaborando na geração da renda familiar.

A criança desenvolve potencialidades através da brincadeira, pois no momento que esta brincando ela utiliza a imaginação, a imitação e o faz-de-conta, processos que auxiliam no seu desenvolvimento. A criança faz relação do mundo fictício com a realidade, aprendendo a se socializar com outras crianças, desenvolver sua inteligência, criatividade e sensibilidade.

Horn (2004, p. 80) ressalta que:

[...] Portanto um ambiente estimulante para a criança é aquele em que ela se sente segura e ao mesmo tempo desafiada, onde ela sinta o prazer de pertencer a aquele ambiente e se identifique com o mesmo e principalmente um ambiente em que ela possa estabelecer relações entre os pares. Um ambiente que permite que o educador perceba a maneira como a criança transpõe a sua realidade, seus anseios, suas fantasias. Os ambientes devem ser planejados de forma a satisfazer as necessidades da criança, isto é, tudo deverá estar acessível à criança, desde objetos pessoais como também os brinquedos, pois só assim o desenvolvimento ocorrerá de forma a possibilitar sua autonomia, bem como sua socialização dentro das suas singularidades.

O RCNEI (1998, p. 23), descreve o momento de faz-de-conta como:

No faz-de-conta, as crianças aprendem a agir em função da imagem de uma pessoa, de uma personagem, de um objeto e de situações que não estão imediatamente presentes e perceptíveis para elas no momento e que evocam emoções, sentimentos e significados vivenciados em outras circunstâncias. Brincar funciona como um cenário no qual as crianças tornam-se capazes não só de imitar a vida como também de transformá-la. Os heróis, por exemplo, lutam contra seus inimigos, mas também podem ter filhos, cozinhar e ir ao circo.

As crianças desenvolvem sua autonomia através da brincadeira, pois nesses momentos elas comandam certas ações, desenvolvendo assim um sentido próprio de moral de justiça.

Oliveira (1992, p. 53) destaca o desenvolvimento humano de Piaget explicando que:

[...] segundo o pressuposto de que existe uma conjuntura de relações interdependentes entre o sujeito conhecedor e o objeto a conhecer. Esses fatores que são complementares envolvem mecanismos bastante complexos e intrincados que englobam o entrelaçamento de fatores que são complementares, tais como: o processo de maturação do organismo, a experiência com objetos, a vivência social e, sobretudo, a equilíbrio do organismo ao meio.

Dentre esses fatores que Piaget relata em sua teoria, dá-se ênfase a equilíbrio, pois esse fator explica todo processo de desenvolvimento humano.

A equilíbrio significa o processo mediante que se equilibra aquilo que já sabemos (assimilação) com aquilo que podemos ser solicitados a aprender e que não se ajusta completamente à nossa compreensão (acomodação). É o processo da passagem de uma situação de menor equilíbrio para uma de maior equilíbrio. Uma fonte de desequilíbrio ocorre quando se espera que uma situação ocorra de determinada maneira, e esta não acontece.

Nessa linha de raciocínio o conhecimento sofre variações em função do meio cultural que o indivíduo está inserido. Dois elementos norteiam a equilíbrio: o fator invariante e o fator variante.

Oliveira (1992, p. 70) descreve os fatores invariantes e os fatores variantes de Piaget:

Os fatores invariantes: Piaget postula que, ao nascer, o indivíduo recebe como herança uma série de estruturas biológicas - sensoriais e neurológicas - que permanecem constantes ao longo da sua vida. São essas estruturas biológicas que irão predispor o surgimento de certas estruturas mentais. Em vista disso, na linha piagetiana, considera-se que o indivíduo carrega consigo duas marcas inatas que são a tendência natural à organização e à adaptação, significando entender, portanto, que, em última instância, o 'motor' do comportamento do homem é inerente ao ser. Os fatores variantes: são representados pelo conceito de *esquema* que constitui a unidade básica de pensamento e ação estrutural do modelo piagetiano, sendo um elemento que se transforma no processo de interação com o meio, visando à adaptação do indivíduo ao real que o circunda. Com isso, a teoria psicogenética deixa à mostra que a inteligência não é herdada, mas sim que ela é construída no processo interativo entre o homem e o meio ambiente (físico e social) em que ele estiver inserido.

Essa busca do organismo por novas formas de adaptação envolvem dois mecanismos que apesar de distintos complementam a teoria: a assimilação e a

acomodação.

A assimilação é o processo onde o indivíduo buscar identificar um objeto, destacando aquilo que ele já conhece, fazendo relação com as informações que ele já tem. A acomodação ele apenas modifica a idéia que já tinha do mesmo, ampliando para construir um novo conhecimento.

Segundo Penta (2010, p.175) assimilação é:

É o processo cognitivo de colocar (classificar) novos eventos em esquemas existentes. É a incorporação de elementos do meio externo (objeto, acontecimento) a um esquema ou estrutura do sujeito. Em outras palavras, é o processo pelo qual o indivíduo cognitivamente capta o ambiente e o organiza possibilitando, assim, a ampliação de seus esquemas. Na assimilação o indivíduo usa as estruturas que já possui. O esquema são estruturas que se modificam com o desenvolvimento mental e que tornam-se cada vez mais refinadas à medida em que a criança torna-se mais apta a generalizar os estímulos. Na assimilação o indivíduo usa as estruturas que já possui.

A criança tem novas experiências quando está vendo coisas novas, ou ouvindo coisas novas ela tenta adaptar esses novos estímulos às estruturas cognitivas que já possui.

Piaget (1996, p.13) define a assimilação como:

[...] uma integração à estruturas prévias, que podem permanecer invariáveis ou são mais ou menos modificadas por esta própria integração, mas sem descontinuidade com o estado precedente, isto é, sem serem destruídas, mas simplesmente acomodando-se à nova situação.

Todo processo de assimilação envolve uma estrutura já existente de idéias, provocando uma transformação, gerando assim o processo de acomodação.

Piaget (1996, p.18) define a “acomodação (por analogia com os "acomodatos" biológicos) toda modificação dos esquemas de assimilação sob a influência de situações exteriores (meio) ao quais se aplicam”.

Wadsworth (1996) ressalta que, a acomodação acontece quando a criança não consegue assimilar um novo estímulo, ou seja, não existe uma estrutura cognitiva que assimile a nova informação em função das particularidades desse novo estímulo, inicia-se um novo esquema ou modificar um esquema existente.

Ambas as ações resultam em uma mudança na estrutura cognitiva. Ocorrida a acomodação, a criança pode tentar assimilar o estímulo novamente, e uma vez modificada a estrutura cognitiva, o estímulo é prontamente assimilado. A acomodação explica o desenvolvimento (qualidade), e a assimilação explica o crescimento (quantidade). Juntos eles explicam a adaptação intelectual e o desenvolvimento das estruturas cognitivas.

Lima (1994, p.147) diz que:

[...] uma criança, ao experienciar um novo estímulo (ou um estímulo velho outra vez), tenta assimilar o estímulo a um esquema existente. Se ela for bem sucedida, o equilíbrio, em relação àquela situação estimuladora particular, é alcançado no momento. Se a criança não consegue assimilar o estímulo, ela tenta, então, fazer uma acomodação, modificando um esquema ou criando um esquema novo. Quando isso é feito, ocorre a assimilação do estímulo e, nesse momento, o equilíbrio é alcançado.

Após ocorrer a assimilação do processo, a criança acomoda a informação, produzindo assim um novo conhecimento.

Como observa Rappaport (1981, p.56)

[...] os processos de assimilação e acomodação são complementares e acham-se presentes durante toda a vida do indivíduo e permitem um estado de adaptação intelectual. É difícil imaginar uma situação em que possa ocorrer assimilação sem acomodação, pois dificilmente um objeto é igual a outro, ou uma situação é exatamente igual à outra.

Esse processo de transformação depende de como o indivíduo vai elaborar e assimilar as suas interações com o meio, a conquista da equilíbrio do organismo reflete as elaborações possibilitadas pelos níveis de desenvolvimento cognitivo que o organismo detém nos diversos estágios da sua vida: Sensório-motor, Pré-operatório, Operações concretas e Operações formais.

Para Piaget, segundo Machado (1994), a aprendizagem refere-se à aquisição de uma resposta particular, aprendida em função da experiência, obtida de forma sistemática ou não. Enquanto que o desenvolvimento seria uma

aprendizagem de fato, sendo este o responsável pela formação dos conhecimentos.

As principais características de cada um desses períodos, segundo La Taille (2003), o estágio sensório-motor que vai de 0 a 02 anos:

[...] a criança nasce em um universo para ela caótico, habitado por objetos evanescentes (que desapareceriam uma vez fora do campo da percepção), com tempo e espaço subjetivamente sentidos, e causalidade reduzida ao poder das ações, em uma forma de onipotência" (id ibid). No recém nascido, portanto, as funções mentais limitam-se ao exercício dos aparelhos reflexos inatos. Assim sendo, o universo que circunda a criança é conquistado mediante a percepção e os movimentos (como a sucção, o movimento dos olhos, por exemplo). Progressivamente, a criança vai aperfeiçoando tais movimentos reflexos e adquirindo habilidades e chega ao final do período sensório-motor já se concebendo dentro de um cosmo "com objetos, tempo, espaço, causalidade objetivados e solidários, entre os quais situa a si mesma como um objeto específico, agente e paciente dos eventos que nele ocorrem.

Para Piaget (1996), o que marca a passagem do período sensório-motor (0 a 02 anos) para o pré-operatório (02 a 07 anos) é o aparecimento da função simbólica ou semiótica, ou seja, é a emergência da linguagem. Nessa concepção, a inteligência é anterior à emergência da linguagem e por isso não se pode atribuir à linguagem a origem da lógica, que constitui o núcleo do pensamento racional.

A linguagem é considerada como uma condição necessária mas não suficiente ao desenvolvimento, pois existe um trabalho de reorganização da ação cognitiva que não é dado pela linguagem, conforme alerta La Taille (1992). Isso implica entender que o desenvolvimento da linguagem depende do desenvolvimento da inteligência. Considerando que a criança apresenta a capacidade de atuar de forma lógica e coerente ela demonstra, um entendimento da realidade desequilibrado.

No período operatório concreto (07 a 12 anos) e formal (12 anos em diante), a criança é capaz de desenvolver operações concretas, como as conservações físicas (quantidade de matéria, peso, volume) e a constituição do espaço (de comprimento horizontal, vertical, superfície e perímetro). Nesses períodos a criança adquire a capacidade de pensar abstratamente, criando teorias e concepções a respeito do mundo que a cerca.

b) VYGOTSKY

A Proposta Curricular de Santa Catarina - PCSC (1998) faz considerações sobre Wallon e Vygotsky a respeito do desenvolvimento humano, ambos concordam que o sujeito é determinado pelo organismo e pelo social, que estrutura sua consciência, sua linguagem, seu pensamento, a partir de apropriação significativa histórico-cultural.

Segundo Vygotsky (1988, p.23) aponta o brincar como:

[...] meio para criar situações simbólicas predominantes na primeira infância e que configuram o desenvolvimento dos processos psicológicos e a inserção social e cultural da criança. O brincar assume uma função fundamental no desenvolvimento do comportamento infantil pela criação da situação imaginária, considerando que o que passa despercebido na vida da criança torna-se regra de comportamento na brincadeira.

Em suas teorizações Vygotsky ressalta, que o brincar é fundamental para o desenvolvimento da criança, utilizando o imaginário para ampliar o comportamento infantil.

Para Vygotsky (1991), o ser humano se constrói na relação com o outro. Para eles só podemos compreender a individualidade como construção social. O eu e o outro estão interligados, pois o eu depende do outro.

Vygotsky (1993) vê o homem com um ser ativo, que age sobre o mundo, sempre em relações sociais e transforma essas ações, onde a história da sociedade e o desenvolvimento do homem caminham juntos. O desenvolvimento do pensamento pode ser demonstrado através do processo de aquisição dos conceitos específicos, que são diferentes dos conceitos espontâneos.

Segundo o PCSC (1998, p. 26) os conceitos de Vygotsky são:

Os conceitos científicos são aprendidos em situações de educação sistematizada, partindo da abstração em direção ao concreto. Os conceitos espontâneos, cotidianos são formulados com a interação nas experiências vividas, com a observação, manipulação.

Os estudos de Vygotsky (1993), concretizam-se da interação com o outro e com o meio, desencadeando assim o desenvolvimento sócio-cognitivo. Enquanto Piaget (1976) defende que a estruturação do organismo precede o desenvolvimento, para Vygotsky (1991) é o próprio processo de aprendizagem que gera e promove o desenvolvimento das estruturas mentais superiores.

A teoria de Vygotsky está embasada no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que segundo a Wikipedia (2010) diz que:

[...] a ZDP é a distância existente entre o que o sujeito já sabe e aquilo que ele tem potencialidade de aprender. Seria neste campo que a educação atuaria, estimulando a aquisição do potencial, partindo do conhecimento da ZDP do aprendiz, para assim intervir. O conhecimento potencial, ao ser alcançado, passa a ser o conhecimento real e a ZDP redefinida a partir do que seria o novo potencial.

Afirmando assim, que a aprendizagem ocorre no intervalo entre o conhecimento real do conhecimento potencial.

O conceito elaborado por Vygotsky (1991), e define a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver um problema sem ajuda, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através de resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outro companheiro.

Segundo a Wikipedia (2010), a explicação para o desenvolvimento real e potencial ocorre dessa forma:

O desenvolvimento real é aquele que já foi consolidado pelo indivíduo, de forma a torná-lo capaz de resolver situações utilizando seu conhecimento de forma autônoma. O nível de desenvolvimento real é dinâmico, aumenta dialeticamente com os movimentos do processo de aprendizagem. O desenvolvimento potencial é determinado pelas habilidades que o indivíduo já construiu, porém encontram-se em processo. Isto significa que a dialética da aprendizagem que gerou o desenvolvimento real, gerou também habilidades que se encontram em um nível menos elaborado que o já consolidado. Desta forma, o desenvolvimento potencial é aquele que o sujeito poderá construir.

A ZPD é na teoria de Vygotsky (1991), a série de informações que a pessoa tem a potencialidade de aprender mas ainda não completou o processo, conhecimentos fora de seu alcance atual, mas potencialmente atingíveis a curto prazo.

c) WALLON

Para Wallon (1981), a emoção, a imitação e representação, o movimento, o eu e o outro permeiam no desenvolvimento.

Wallon (1981, p. 58) defende que:

[...] o brincar e o brinquedo participam, juntos, na estruturação do Eu e na aprendizagem da própria vida, no desenvolvimento afetivo, motor, intelectual e social. O brinquedo, nessa perspectiva é vista como um meio que possibilita à criança conhecer e analisar o mundo e construir sua personalidade. A organização do espaço e a disponibilização do material são elementos fundantes para que a fluidez das emoções e do pensamento aconteçam e necessário para o desenvolvimento da pessoa completa.

Por intermédio da brincadeira a criança consegue estruturar - se, e desenvolver - se para assumir um papel crítico na sociedade.

A emoção é a primeira linguagem, sua primeira forma de sociabilidade, transformando os atos que eram impulsivos e motores em atos de comunicação. A emoção promove o desenvolvimento da inteligência que passa a determinar a ação humana.

De acordo com Wikipédia (2010):

[...] tem um significado bem específico, estando diretamente relacionada com duas importantes atividades cognitivas humanas: o raciocínio simbólico e a linguagem. À medida que a criança vai aprendendo a pensar nas coisas fora de sua presença, o raciocínio simbólico e o poder de abstração vão sendo desenvolvidos. Ao mesmo tempo, e relacionadamente, as habilidades linguísticas vão surgindo no indivíduo, potencializando sua capacidade de abstração.

Atraves de atividades exploratorias, a criança aprende a se comunicar com o meio social que esta inserida, provocando assim a imitação de movimentos e gestos que a mesma visualiza.

Segundo Wikipédia (2010), a enciclopédia livre diz que:

As emoções, para Wallon, têm papel preponderante no desenvolvimento da pessoa. É por meio delas que o aluno exterioriza seus desejos e suas vontades. Em geral são manifestações que expressam um universo importante e perceptível, mas pouco estimulado pelos modelos tradicionais de ensino.

A PCSC (1998), ressalta que a imitação aparece em meados do segundo ano de vida, através das atividades de investigação, caracterizada pela exploração do mundo dos objetos e pela inteligência das situações. É através da imitação que a criança começa a se comunicar, pois responde a estímulos iniciando sorrisos e bocejos.

A imitação segundo Wikipédia (2010) descreve que:

A imitação por sua vez, seria a primeira forma de interação com o meio ambiente e a motivação primeira do movimento. À medida que o movimento proporciona experiências à criança, ela vai respondendo através de emoções, diferenciando-se, para si mesma, do ambiente. A afetividade é o elemento mediador das relações sociais primordial, portanto, dado que separa a criança do ambiente.

E a representação surge da imitação, pois acontece apenas no plano simbólico, enquanto a imitação ainda esta presa ao plano motor. O movimento é a expressão da emoção, além de permitir a apropriação do objeto enquanto representação simbólica e abstrata.

A proposta Walloniana destaca o desenvolvimento intelectual dentro de uma cultura mais humanizada. A abordagem é sempre a de considerar a pessoa como um todo. Elementos como afetividade, emoções, movimento e espaço físico se encontram num mesmo plano. Essa relação dialética ajuda a desenvolver a criança em sintonia com o meio. As emoções dependem fundamentalmente da organização

dos espaços para se manifestarem.

O movimento para Wallon (1981), seria um dos primeiros campos funcionais a se desenvolver, e que serviria de base para o desenvolvimento dos demais.

Para Galvão (1995, p.85) os movimentos são:

[...] enquanto atividades cognitivas, podem estar em duas categorias: movimentos instrumentais e movimentos expressivos. Os movimentos instrumentais são ações executadas para alcançar um objetivo imediato e, em si, não diretamente relacionado com outro indivíduo; este seria o caso de ações como andar, pegar objetos, mastigar etc. Já os movimentos expressivos têm uma função comunicativa intrínseca, estando usualmente associados a outros indivíduos ou sendo usados para uma estruturação do pensamento do próprio movimentador. Falar, gesticular, sorrir seriam exemplos de movimentos expressivos. Wallon dá especial ênfase ao movimento como campo funcional porque acredita que o movimento tem grande importância na atividade de estruturação do pensamento no período anterior à aquisição da linguagem.

Conforme Galvão(1995) , Wallon vê que o desenvolvimento da pessoa se dá numa construção progressiva em que se sucedem fases em que ora predominam aspectos afetivos, ora cognitivos. A essa tendência a predomínio de um aspecto sobre o outro Wallon dá o nome de "predominância funcional". Tal predomínio é orientado pelo princípio de alternância funcional. Cada fase tem suas peculiaridades, delineadas pela predominância de um tipo de atividade. Tais predominâncias estão ligadas aos recursos que a criança dispõe para interagir com o ambiente.

Galvão(1995) nos diz que são cinco os estágios propostos por Wallon, cada qual com sua especificidade . O primeiro, "impulsivo-emocional", que abrange o primeiro ano de vida, cuja ênfase é a emoção (predomínio afetivo); o "sensório-motor e projetivo", que vai até o terceiro ano, quando o interesse da criança se volta para a exploração sensório-motora do mundo físico (predomínio cognitivo). O do "personalismo", que cobre a faixa dos três aos seis anos, cuja tarefa central é o desenvolvimento da personalidade, a construção da consciência de si (predomínio afetivo). Aos seis anos inicia-se o estágio "categorial", cuja ênfase recai para os avanços dos progressos intelectuais, dirigindo o interesse da criança para o conhecimento e conquista do mundo exterior (predomínio cognitivo). Por fim, o estágio da adolescência quando a crise pubertária impõe a necessidade de novos contornos da personalidade em função das mudanças corporais, trazendo a tona

questões pessoais, morais, existenciais, retomando a predominância da afetividade.

Cada um desses estágios traz novas conquistas realizadas pela etapa anterior, construindo-se reciprocamente num processo de integração e diferenciação. O fato de haver o predomínio do aspecto afetivo em determinada fase, não quer dizer que aspectos afetivos não estarão presentes na próxima etapa (ainda que não sejam os predominantes).

Enfim, ao longo do desenvolvimento ocorrem sucessivas diferenciações entre os campos funcionais entre os quais se distribui a atividade infantil e interior de cada um. Este conceito da diferenciação é chave na teoria de Wallon e orientará o processo de formação da personalidade de forma mais ampla.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos adotados para a obtenção dos dados, contendo a classificação da pesquisa, procedimentos técnicos e apresentação dos resultados.

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com a perspectiva qualitativa, para obter uma análise investigadora do problema.

Ressalta Godoy (1995), que essas pesquisas são de caráter exploratório, ou seja estimulam os questionados a pensarem. Esse tipo de pesquisa é usado quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

Segundo Godoy (1995, p.62-63):

[...]a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental(...) a pesquisa qualitativa é descritiva(...) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são a preocupação essencial do investigador;(...) pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados.

A interpretação dos dados coletados nesse tipo de pesquisa, faz com que, o pesquisador investigue o problema, observando e relatando fatos que o mesmo observa durante a pesquisa.

Neves (1996) ressalta que a pesquisa qualitativa é conhecida, por meio de experiência e senso comum. A pesquisa qualitativa é uma alternativa interessante enquanto modalidade de pesquisa numa investigação científica. É útil para firmar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade. Os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa, pois apresentam uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos.

De acordo com Godoy (1995, p.57):

Na pesquisa qualitativa não existe hipóteses pré-concebidas, suas hipóteses são construídas após a observação, ou seja, nela não existe suposta certeza do método experimental. Nesse sentido, quem observa ou interpreta influencia e é influenciado pelo fenômeno pesquisado.

Os dados da pesquisa foram coletados em duas instituições de educação infantil do município de Içara, uma da rede privada e outra da rede pública. Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram professoras e responderam a um questionário, composto por perguntas abertas e fechadas com relação ao PPP da escola.

Os questionários foram aplicados no local de trabalho dos pesquisados. As respostas obtidas foram analisadas pela pesquisadora, e embasadas teoricamente, em uma análise de dados, organizadas por categorias que serão discutidas a seguir.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresentamos neste capítulo os dados coletados, com base no presente referencial teórico e nas respostas analisadas do questionário aplicado em duas instituições de Educação Infantil do município de Içara. Visando compreender a importância do PPP para instituição e como forma de subsídio ao trabalho do professor.

Mantendo a ética profissional devido a privacidade das professoras, vamos manter seus nomes em sigilo, caracterizando-as por números: P1, P2, P3, P4, P5.

A análise está organizada em quatro categorias: caracterização do grupo pesquisado, conceito de PPP, planejamento e avaliação, princípios da educação infantil.

Com base nas informações contidas nos questionários, juntamente com os autores que norteiam a pesquisa, descrevemos a seguir conclusões a respeito do tema e sugestões citadas pelas professoras.

5.1 Caracterização do Grupo de Pesquisa

A caracterização do grupo está baseada na formação das professoras, a instituição de formação, o tempo de atuação na educação infantil.

O grupo está caracterizado na seguinte ordem, P1 tem graduação e pós graduação, trabalha a 08 anos na educação infantil da rede publica, a P2 trabalha a 04 anos na educação infantil e tem graduação atualmente é professora da rede privada. P3 esta cursando a 6ª fase do curso de pedagogia, esta trabalhando a 01 ano na educação infantil da rede privada, P4 e P5 respectivamente atuam na educação infantil a 17 e 10 anos, ambas são graduadas e pós graduadas, atuam na rede publica de ensino. O questionário foi aplicado no ambiente de trabalho das professoras.

As professoras de número 1 e 5 possuem formação na UNESCO, as professoras 2 e 4 são formadas pela UNISUL, a professora 3 está cursando a UNIASSSELVI. Percebe-se que 60% possuem pós-graduação, sendo elas as professoras 1, 4, 5. A professora 1 possui especialização em Séries Iniciais e Educação Infantil, as professoras 4 e 5, possuem especialização em Psicopedagogia.

As professoras ressaltam que optaram por fazer o curso de pedagogia, porque gostavam muito de criança, e acreditam que é a única área profissional que não será banida no futuro, pois haverá sempre a necessidade de ter professores mediando o ensino.

Observa-se que o grupo é heterogêneo no que diz respeito ao tempo de serviço no magistério e ao nível de formação. Entendemos que esse fato permite a troca de experiências entre as mesmas na busca de soluções para suas dificuldades. No entanto, para que isso ocorra há que se estabelecer na Unidade Escolar um canal de comunicação entre elas.

5.2 Conceito de PPP

As perguntas voltadas ao PPP escolar iniciam questionando as professoras se elas ofereceram suporte para elaboração e se as mesmas tem conhecimento do PPP.

As professoras 1 e 5, dizem que “não participaram da elaboração do PPP”, porem solicitaram à coordenação pedagógica, assim que iniciou o ano letivo, pois acreditam que o documento é de extrema importância para que consigam desenvolver um trabalho voltado a comunidade e as relações sociais necessárias, para desenvolver bons cidadãos. A professora 3 relata que quando solicitou o PPP para direção, foi surpreendida com um “não”, ela relata que usaram o termo, você é nova na instituição, não sabemos se você vai passar na experiência portanto, vai ter acesso ao mesmo somente quando completar três meses de experiência. Ela ficou surpresa, pois aprendeu na faculdade que o PPP, é um documento fundamental para auxiliar o professor no planejamento. A professora 4, diz que “esteve presente na construção do PPP, e ressalta a importância dos professores conhecerem a

realidade do bairro, através do documento, pois assim conseguiriam planejar suas aulas de acordo com a necessidade de cada criança”. A professora 2, diz que “não tem conhecimento do mesmo”. A professora 5 destaca a frase “ o PPP é uma perspectiva da educação com os alunos, sendo um planejamento escolar, como coletivo, onde destaca-se os objetos, para melhor desenvolvimento do aluno”.

Para Vasconcelos (2000, p. 169) o PPP serve para:

Atribuir competências e habilidades a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, respeitando-se os limites de seus processos de desenvolvimento, a diversidade e a singularidade de suas possibilidades; Construir autonomia, espírito de cooperação, reciprocidade; Produzir conhecimentos e criar relações positivas e democráticas entre todos os segmentos envolvidos; Favorecer a transformação grupal através do respeito mútuo, do diálogo, da participação e engajamento; Garantir o acesso e permanência com sucesso a todos.

A professora 4, quando indagada se o PPP da escola subsidia sua prática pedagógica relata que, “poderia utilizar - se do documento para receber esse apoio, porém muitas instituições não o disponibilizam, dificultando o acesso e não ocorrendo esse subsídio”. O PPP é fundamental para dar suporte aos profissionais das instituições escolares. A professora 3 ressalta que “ o PPP auxilia as professoras, pois nele consta a linha filosófica da escola e suas normas, metas e objetivos a serem alcançados”.

O suporte que o PPP oferece ao trabalho do professor, é de extrema importância no processo ensino aprendizagem, pois ele apresenta a instituição, a forma de ensino que a mesma adota, a maneira que o professor deve conduzir o ensino, metas, objetivos e forma de avaliação da instituição. O documento é elaborada para auxiliar todo processo, tornando-se uma ferramenta essencial para o planejamento dos professores.

A instituição precisa compreender e interpretar o mundo externo das crianças, pois assim podem auxiliar nas mudanças necessárias para formação de um cidadão consciente e preparado para assumir responsabilidades sociais.

5.3 Planejamento e Avaliação

Indagadas sobre a teoria pedagógica que a escola adota, somente a professora 4, ressalta que “a escola trabalha numa proposta sócio interacionista”, ela diz que “consegue comprovar isso quando relembra a teoria de Vygotsky, afirma que o brincar é fundamental para o desenvolvimento da criança. As demais professoras quando questionadas, não relatam que teoria a escola adota”.

Segundo Davis e Oliveira (1993, p.49) ressalta que:

Vygotsky defende a idéia de contínua interação entre as mutáveis condições sociais e as bases biológicas do comportamento humano. Partindo de estruturas orgânicas elementares, determinadas basicamente pela maturação, formam-se novas e mais complexas funções mentais, a depender das experiências sociais a que as crianças se acham expostas.

De acordo com Vygotsky (1993), a interação do indivíduo com o outro e com o meio, é fundamental para o desenvolvimento social.

A professora faz uso correto da teoria de Vygotsky, pois através de observações fundamenta o relato da mesma, a escola preocupa-se com essa interação e busca compreender o contexto da criança num todo.

Vygotsky (1993, p. 65) diz que:

[...] os pressupostos teóricos de Vygotsky reconceituam o estudo da interação, que, no processo educativo, caracteriza-se como ponto central para compreender os processos de mudança produzidos pelas interações realizadas em situações escolares.

Wallon (1981) define o desenvolvimento como um processo pelo qual o indivíduo passa de um estado de completa imersão social em que não se distingue do meio para um estado em que pode distinguir seus próprios motivos dos motivos externos do ambiente. Deste modo, desenvolver-se torna sinônimo de identificar-se em oposição ao mundo exterior.

A professora 1 ressalta sobre avaliação que: “é a partir de conhecimentos adquiridos pelos alunos, transpassados pelo professor, que pode se dizer destacar a forma de avaliação, pois a avaliação só aconteceu a partir de conhecimentos adquiridos e da troca estabelecida entre ambos”.

O planejamento escolar deve estar composto em todas as atividades, e específico no PPP escola, pois o documento contempla metas e objetivos, e tudo que estiver composto ali, devera ser posto em pratica. Todas as professoras pesquisadas, relatam que possuem um planejamento semanal, esse planejamento é feito de acordo com os objetivos destacados pela coordenação pedagógica da instituição.

Apenas a professora 2, relata que recebe acompanhamento no planejamento, ela ressalta que: “ recebo acompanhamento uma vez por semana, toda segunda-feira, a coordenadora da escola observa e analisa meu planejamento e sempre contribui com alguns ajustes”. Ela julga importante esse apoio, pois não tem muito conhecimento com a área, e acha de extrema importância para o desenvolvimento profissional dela, e o desenvolvimento das crianças.

As demais professoras dizem que de acordo com a experiência que elas tem na Educação Infantil, e o tempo de serviço, não se faz mais necessario esse apoio, pois dominam a área onde trabalham. A professora 5 ressalta ainda que: “o planejamento é uma forma de criar uma aula, destacando a importância que todos os professores necessitam disso para um bom desempenho com o aluno, pois é no planejamento que o professor destaca o objetivo, e a preparação da atividade.

O processo de avaliação na educação infantil é constante, trata-se de observações e registro. Relatar tudo que a criança fez durante o dia, e transcrever de forma clara e objetiva aos pais. Propiciando aos pais, através dessa leitura, que encontrem soluções para auxiliar no desenvolvimento da criança.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998), traz uma visão da avaliação:

[...] um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagens oferecidas e ajustar a sua prática às necessidades colocadas pela criança. Ou seja, não há a menor vinculação com a questão classificatória, punitiva ou ainda promocional, que erroneamente são vinculadas à avaliação. O documento completa: É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar,

orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

A professora 4 diz que faz a avaliação em forma de registro, ela faz um perfil da turma e uma avaliação de cada criança, destacando pontos negativos e positivos das mesmas. Socializa isso com a família, e propoe soluções para auxiliar na resolução dos pontos negativos.

A professora 1, cita a LDB 9394/96 art. 31, onde diz que: “ A Educação Infantil, e a avaliação far-se-a mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção”.

A professora 2, 3 e 5, relatam que fazem a avaliação através de registro, seguido de portfólio que são entregues aos pais no final de cada bimestre.

5.4 Conceitos e Princípios básicos da Educação Infanti

Relatamos no item conceitos e princípios básicos da educação infantil, ressaltando falas das professoras entrevistadas. Podemos destacar como principais princípios da educação infantil o cuidar, educar e o brincar. Tanto o cuidar quanto o educar estão diretamente ligados, pois ambos conseguem desenvolver o intelecto da criança, auxiliando no desenvolvimento da mesma. Por meio de brincadeiras e aprendizagens orientadas que a educação infantil contribui para o desenvolvimento das crianças.

Questionadas sobre o tema as professoras assim se posicionaram: A professora 1, diz que “o cuidar está ligado ao educar, ao mesmo tempo você está cuidando, está transmitindo conhecimento a criança”. A professora 4 ressalta que “cuidar significa fazer algo de forma diferente, com o olhar diferente, sempre aprendendo e interagindo tanto com os colegas, como com as coisas novas que o professor tem a oferecer”.

De acordo com as idéias presentes no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (1998, p. 28), o educar e o cuidar significam:

Quando se propõe a trabalhar com crianças bem pequenas, deve-se ter como princípio, conhecer seus interesses e necessidades. Isso significa saber verdadeiramente quem são, saber um pouco da história de cada uma, conhecer a família, as características de sua faixa etária e a fase de desenvolvimento em que se encontra, além de considerar o tempo que permanecem na escola. Só assim pode-se compreender quais são as reais possibilidades dessas crianças, lembrando que, para elas, a classe inicial é a porta de entrada para uma vida social mais ampla longe do ambiente familiar. Cuidar e educar é impregnar a ação pedagógica de consciência estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade peculiares da infância.

O cuidar e educar caminham simultaneamente e de maneira indissociável, possibilitando que ambas as ações construam na totalidade, a identidade e a autonomia da criança.

O brincar faz parte do cotidiano da educação infantil, pois quando a criança esta se movimentando nas brincadeiras, ela esta desenvolvendo o físico, o mental, o intelectual, formando um ser humano consciente e comprometido com a sociedade. Encaramos a brincadeira no âmbito escolar, como processo lúdico e planejado, onde utiliza-se das brincadeiras para associar novos conhecimentos.

A professora 3 destaca o brincar como “uma parte crucial da educação infantil”. A professora 5 diz que: “o brincar na educação infantil, requer atividades na forma lúdica, sabendo que para a criança o jeito mais fácil de aprender é através de atividades lúdicas, a educação da criança se faz muito pelo processo de aprendizagem, de acordo com o seu desenvolvimento durante um processo, então quanto mais o professor oferece coisas novas, educa de uma forma diferente, pensando no bem estar da criança de acordo sua aprendizagem, e encarando tudo isso e fazendo de uma forma lúdica, onde a criança tem mais facilidade de aprender”.

Destacando RCNEI (1998) ressalta que brincar é uma experiência humana, rica e complexa. O brincar tem contido nele os mais diferentes elementos e valores que são suas virtudes e os seus pecados.

6 CONCLUSÃO

Não posso concluir o trabalho, sem antes reafirmar minhas colocações na introdução deste estudo, sobre os motivos que me levaram a escolha do tema, durante o tempo de estágio obrigatório, verificando a forma de ensino das professoras, foram detectadas dificuldades nos planejamentos e na forma de contemplar os contextos que as instituições solicitavam. Surgindo assim o interesse de investigação para saber como e de que forma o PPP poderia auxiliar os professores.

Durante a pesquisa as professoras envolvidas, solicitavam o resultado da mesma para que pudessem utilizar do trabalho como fonte para iniciar o novo ano letivo.

Após a análise dos dados coletados e dos autores comparados, a verificação mostra a realidade vivida nas instituições, onde as professoras não tem acesso ao PPP, dificultando a compreensão das mesmas com relação aos objetivos da instituição. O PPP é de fundamental importância para as instituições, pois nele esta composta toda a base que a instituição deve seguir, um roteiro contemplado com, objetivos, formas de avaliação, teoria adotada pela instituição, e distinguindo a parte social da comunidade.

Verificando que existe a comodidade de algumas professoras, que ressaltam que o tempo de experiência que ambas tem na rede de ensino da educação infantil, é necessária para desenvolver um bom trabalho, a experiência auxilia, mas é necessário ter conhecimento e compartilhar juntamente com a instituição os projetos e as mudanças que a sociedade sofre no decorrer dos anos.

O PPP relata a realidade da comunidade, e através dele as professoras tem acesso para planejar as aulas e se preparar para acrescentar um novo conhecimento as crianças.

Ao disponibilizar o PPP aos professores e orientá-los para que façam uso correto do mesmo, a instituição demonstra que busca interação com o meio social da criança e que tenta compreender o contexto que a mesma esta inserido.

A pesquisa comprova que o planejamento é fundamental para o ensino, pois todas as professoras questionadas, adotam um planejamento, onde preparam suas atividades, buscando sempre direcioná-las, no contexto que pretendem atingir no cotidiano com as crianças.

Na pesquisa compreendemos o conceito de infância, como o âmbito escolar contribui para o desenvolvimento da criança, de que forma os professores auxiliam todo processo, e como eles recebem apoio para planejar e proporcionar momentos de aprendizagem.

Analisando de que forma o PPP escolar oferece subsidio ao professor no processo ensino aprendizagem da Educação Infantil.

Destacando a importância da coordenação pedagógica da instituição, pois o suporte para as professoras auxilia e garante um ensino aprendizagem as crianças.

A avaliação esta inserida em forma de registro, todas as professoras utilizam da mesma forma para avaliar, destacando que a avaliação é valida somente quando busca orientar a criança e os pais a modificar os pontos negativos e manter os pontos positivos.

REFERÊNCIAS

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. LTC,1978.

BRASIL, Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF,1998. Vol.1.

BRASIL. REFERENCIAL CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

FRABBONI, Franco. **A Escola Infantil entre a cultura da Infância e a ciência pedagógica e didática**. In: ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre. Artmed, 1998.

GARCIA, Regina Leite. **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DPLA, 2001.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**.. 4. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995

GODOY, Arilda S. Introdução a pesquisa qualitativa e sua possibilidades, **Revista de Administração de Empresas**, v 35, n.2, Mar/Abr. 1995 a, p.57-63.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: A organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

KRAMER, Sônia. **A Política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação escolar julgamento ou construção?**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994.

MACHADO, Marina Marcondes. **O brinquedo-sucata e a criança a importância do brincar, atividades e materiais**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

MANARIN, Maeli Sorato. A avaliação na educação infantil: o que reflete esse processo.

MONTESSORI, Maria. . **A criança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Nórdica, 1995.

NEVES, Carmem Moreira de C. **autonomia da escola pública: um enfoque operacional**. In:VEIGA, Ilma Passos A. (Org) Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP; Papirus, 15ª Edição, 1996.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sóciohistórico** (2a. ed.). São Paulo: Scipione, 1992.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Pensar a Educação: **Contribuições de Vygotsky**. In: **Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate**. São Paulo: Ática, 1990.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo; Cortez, 2001.

PIAGET, Jean. **O desenvolvimento do pensamento equilíbrio das estruturas cognitivas**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner Rocha; DAVIS, Cláudia. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981.

ROSSETTI, José Paschoal. **Política e programação econômicas**. 3 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

TAILLE, Yves de. **Limites**: três dimensões educacionais. São Paulo: Atica, 2003.

TAILLE, Yves de. **Psicologia**: reflexão e crítica, o sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. São Paulo: Atica, 1992.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento** : Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos A.(org).**Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**.Campinas:Papirus,1995.

VIGOTSKY, L. S.,; COLE, Michael. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKY, L. S.,; LURIA, A. R.; LEONT EV, Aleksei Nikolaevich. . **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5 ed. São Paulo: Ícone Editora, 1994. 228 p

WALLON, Henri. . **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1995.

WALLON, Henri. . **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

WADSWORTH, Barry J. **Piaget para o professor da pré-escola e 1º grau**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1984.

WIKIPEDIA, **Avaliação**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em outubro de 2010.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

Prezada Professora,

Solicito a sua colaboração respondendo a este questionário como componente do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que desenvolvo um estudo para detectar se a Elaboração coletiva do PPP da escola, subsidia o trabalho pedagógico do professor de educação infantil. Desde já agradeço a compreensão e a disponibilidade.

Jackeline da Rosa Raicik

QUESTIONÁRIO

I Parte: Dados do Professor:

1. Qual seu grau de formação?

() Médio () Superior – cursando () Superior – completo

Curso de Graduação em / Instituição: _____

Pós-graduação: _____

2. O que o levou a escolher o caminho da educação infantil e mais especificamente ser professor da educação infantil?

() Vocação () Outros Qual? _____

3. Tempo de atuação na educação infantil: _____

II Parte: Questões específicas sobre a pesquisa:

1. A escola em que você trabalha tem PPP? Você auxiliou na elaboração do mesmo?

2. Na sua escola de que forma o PPP é apresentado ao professor?

3. Qual a teoria pedagógica que a escola adota? A mesma está prevista no PPP?

4. Como ocorre o processo de avaliação? Que instrumentos você utiliza?

5. Você utiliza o PPP para elaborar seu planejamento? De que forma?

6 Você concorda que o P.P.P de sua escola subsidia sua prática pedagógica?

Sim() Não() Dê um exemplo:

7. Conceitue o que significa PPP para você?

8. O que é planejamento?

9. Qual seu conceito de cuidar na educação infantil?

10. Como você conceitua o educar na educação infantil?

11. Qual sua concepção de brincar?

12. Que relação você faz entre cuidar, educar e brincar?
